LEI N°1268 /2004

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Mangueirinha para o exercício financeiro de 2005.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e eu, Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2005, abrangendo os Órgãos de Administração Direta, Indireta e os Fundos Municipais, estima a Receita e fixa a Despesa em **R\$25.862.030,00** (vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e trinta reais).

Art. 2º - A Receita será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 26.062.655,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 904.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 27.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	R\$ 1.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	R\$ 1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 14.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 24.945.155,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 170.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 2.100.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ 2.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 100.000,00
TOTAL	R\$ 28.162.655,00
(-)-DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEF	R\$ 2.300.625,00
TOTAL LIQUIDO	R\$ 25.862.030,00

Art. 3º - A Despesa do Orçamento Fiscal será realizada segundo a discriminação prevista na legislação em vigor, conforme desdobramento por Órgãos:

PODER LEGISLATIVO	
CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 1.140.000,00
PODER EXECUTIVO	
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.081.000,00
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 2.184.300,00
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	R\$ 1.236.050,00
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$ 6.575.350,00
DEPARTAMENTO DE SAUDE	R\$ 4.010.500,00
DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	R\$ 1.844.500,00
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	R\$ 1.372.250,00
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	R\$ 1.876.000,00
DEPARTAMENTO GABINETE DO PREFEITO	R\$ 393.200,00
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	R\$ 306.000,00

DEPARTAMENTO DE TURISMO E ESPORTE	R\$	659.650,00
DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO	R\$	2.721.780,00
DEPARTAMENTO DE APOIO INSTITUCIONAL	R\$	161.450,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	300.000,00
TOTAL	R\$	25.862.030,00

Art. 4º - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com os anexos 02 e 06, integrantes desta lei.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento Municipal até o limite 30% (trinta por cento) do total geral do orçamento, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º. do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único – Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder a abertura de seus créditos adicionais suplementares através de Resolução até o limite previsto no caput deste artigo, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.

Art. 6º - Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, o remanejamento de dotações:

I - entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;

II - entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

Art 7º - Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 5º ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo e o Legislativo Municipal a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo.

Art. 8º - O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

Art. 9º - Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no “caput” do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 na mesma unidade orçamentaria ou de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64.

Art. 10º – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manguaçu, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de Outubro de 2004.

MIGUEL CARLOS RODRIGUES DE AGUIAR
Prefeito Municipal